

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL¹

ASPECTS OF THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL DEVELOPMENT OF AGRARIAN GEOGRAPHY IN BRAZIL

Silvio Carlos Bray

O objetivo desse texto, não é o de apresentar algo formal e acabado, mas sim, o de levantar algumas questões que julgamos importante para pensar e repensar a geografia agrária nacional. Para isso, procuramos entender o papel desempenhado pelos geógrafos agrários no contexto do movimento da sociedade e na relação com os demais estudiosos da agricultura brasileira.

A geografia nacional, através dos geógrafos agrários, teve uma dinâmica própria em relação ao movimento da sociedade e dos estudiosos da agricultura brasileira. Nesse contexto, tivemos períodos de vinculações com os demais cientistas sociais, preocupados em estudar e interpretar a agricultura brasileira. Em outros momentos, tivemos também desvinculações das questões nacionais, apoiando-se em teorias, métodos e técnicas dos geógrafos agrários europeus. Tudo isso, no firme propósito de construir um conhecimento científico neutro da realidade agrária-local, regional e nacional.

E é através desse enfoque, que procuraremos abordar o tema proposto.

Quando se instalaram no Brasil, (São Paulo e Rio de Janeiro) em meados da década de 30, os primeiros, cursos acadêmicos de Geografia através dos geógrafos franceses Monbeig e Deffontaines, foi estabelecida uma orientação positivista-funcionalista-culturalista, que encontrou no seio da ideologia da cultura brasileira na época, concepções semelhantes.

Com Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala(1933) e Sérgio Buarque de Holanda - Raízes do Brasil (1936) o momento se apresentava como a descoberta das oligarquias em sua vida social, política, psicológica e íntima da vida nacional. Nesse contexto, também encontramos as questões sobre a "ideologia da democracia racial" (a mestiçagem como forma positiva), "a ideologia da democracia social" (a importância das diferentes classes sociais), "a ideologia do brasileiro bom", "pacato", "cordato" e "não violento" (a índole pacata do brasileiro). Essas concepções da ideologia da cultura

nacional, vinham de encontro a nascente geografia acadêmica no país, influenciada pelo culturalismo francês, que incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina e, a abordagem sistêmica organicista, como prática, predominando a teoria do equilíbrio entre a sociedade e natureza e dos homens entre si, através da geografia da solidariedade.²

Outra característica a salientar nessa fase de estruturação da geografia nacional de tradição positivista e dentro do espírito do liberalismo político burguês, é o da neutralidade da ciência e da sua desvinculação com as questões políticas nacionais. Isto é, o importante, seria construir uma ciência geográfica a partir dos dados e fatos-ciência pela ciência - onde a contribuição do geógrafo como cientista é demonstrativa e informativa. A tradição da geografia tradicional em transformar a geografia numa ciência neutra, faz parte da tradição positivista que absorveu o Estado Burguês e a nova ordem social, como fundamentos não questionáveis. Na essência do pensamento positivista e liberal político burguês, as ciências existem para justificar o novo Estado e para exercerem o papel de prestadoras de serviços à nova ordem social estabelecida pela burguesia no poder.

Por outro lado, o liberalismo político burguês sempre defendeu a importância da liberdade do pesquisador e o não atrelamento desse aos interesses do Estado e do poder (liberdade de cátedra, do livre pensar e pesquisar).

A necessidade da geografia funcionalista-culturalista de base positivista, ao se afirmar como ciência, sempre foi uma constante, o empirismo sensível e o pragmatismo (busca constante da utilidade operacional e prestadora de serviços da geografia) sempre nortearam a geografia culturalista no Brasil. Nessa perspectiva, a prática da geografia passa a ter como referencial o complexo geográfico como um sistema funcional-estrutural.

No complexo geográfico, os fatores geográficos existentes não ocorrem isoladamente, mas sim, fazem parte de um conjunto de fenômenos onde os laços que os unem fazem deles um todo vivo. Esse complexo geográfico é localizado e se exprime na paisagem, implicando ações do meio natural e social. A variedade dos componentes do complexo é maior ou menor em relação ao que os culturalistas chamam de grau de civilização técnica, atingida pelo grupo humano que compõe esse complexo.

É através da análise do complexo geográfico, que o geógrafo deverá buscar a compreensão da realidade, através das relações, ações e interações que unem os elementos do sistema. E, como resultante, teremos os diferentes gêneros de vida.³

Através dos gêneros de vida e do complexo geográfico, os geógrafos agrários desenvolveram várias preocupações e linhas de análises e investigações, principalmente a dos tipos de agricultura. Por meio da classificação tipológica, buscava-se compreender como as diferentes sociedades agrárias, em contato com a natureza, resolviam através dos gêneros de vida, os problemas e soluções técnicas e de sobrevivência, daquelas culturas. Com os vários tipos de agricultura, os geógrafos agrários, desenvolviam estudos sobre a paisagem rural, as formas variadas de agricultura, os regimes agrários, o sistema de divisão dos campos, os tipos de produção vegetais, enfim, os gêneros de vida ligado aos criadores e agricultores. Por outro lado, através das monografias, as condições geográficas e os fatos sociais, seriam examinados detalhadamente num campo bem escolhido e restrito. Enfim, o geógrafo agrário deveria penetrar intimamente na vida agrícola e procurar definir e comparar as modalidades dos múltiplos gêneros de vida rurais.

Mas, para conseguir esses estudos, o geógrafo agrário deveria substituir a "retórica vazia" pela "observação minuciosa" e pela "análise", pois, segundo os geógrafos com essa visão, "fora dos fatos essenciais", não existe absolutamente qualquer estudo sólido de geografia humana. Essa postura positivista-empirista, sensível ao nível do método, estabeleceu uma rigidez nas análises dos geógrafos agrários brasileiros, onde só no método empirista sensível, se construía e se retirava o conhecimento da geografia agrária.

Por outro lado, o caráter doutrinário do liberalismo político burguês, separava o cientista observador dos "fatos essenciais" do geógrafo cidadão que existia concretamente naquele universo empírico-indutivo.

Desenvolve-se uma contradição em virtude da rigidez metodológica e da reprodução do discurso de neutralidade. A geografia estudava concretamente os fenômenos agrários do país, mas estava pouco vinculada aos movimentos agrários da sociedade e dos demais pesquisadores não geógrafos. Ocorria, por outro lado, um período em que se estudava a agricultura brasileira utilizando-se dos paradigmas estabelecidos pelos geógrafos agrários europeus. Buscava-se assim estabelecer no

campo brasileiro, situações concretas européias. Temos, então, grandes contradições ao nível do discurso e do método no contexto da geografia agrária nacional.

Por outro lado, encontramos uma maior abertura nos estudos de geografia agrária brasileira, em Manoel Correia de Andrade, que rompia com a neutralidade, discutia os movimentos agrários no Nordeste (através das Ligas Camponesas) e acompanhava os demais estudiosos da agricultura brasileira - principalmente Caio Prado Júnior, que também prefaciou sua obra "A Terra e o Homem no Nordeste". Esse livro de Manuel Correia de Andrade saiu publicado no início dos anos 60, quando se discutia a Questão Agrária e as Lutas Camponesas por amplos segmentos da sociedade brasileira. É nesse momento de comunhão do geógrafo com o movimento da sociedade brasileira, que consideramos Manuel Correia como o primeiro - geógrafo agrário não geográfico - ; isto é, o geógrafo nacional que rompe com os formalismos da rigidez positivista de neutralidade e de se construir uma geografia agrária pela geografia agrária, e passa a produzir ciência como cientista e como cidadão. A ligação da obra "A Terra e o Homem no Nordeste" com Caio Prado Júnior, colocava a necessidade do trabalho empírico sensível que o geógrafo nacional desenvolveu, no estudo das relações de produção e de trabalho. E Caio Prado Júnior, no prefácio, diz:

Será difícil objetar que se trata aí de matéria essencial, uma vez que envolve o que de mais importante, ou pelo menos de fundamental, se apresentava na vida de qualquer comunidade, a saber, como se relacionam os homens entre si em suas atividades produtivas, e como se comportam, uns relativamente aos outros e ao conjunto da coletividade, no exercício de suas funções econômicas. Análise como essa, é claro, abre desde logo perspectivas (e somente ela, pode fazê-lo) sobre a estrutura social e as condições de vida da população e suas diferentes classes[...] Mas não é unicamente esse interesse científico geral que encontramos em a Terra e o homem do Nordeste. Nesse momento em que se discute a reforma agrária no Brasil, e estão iminentes as profundas transformações por que devem passar a estrutura e as relações de produção do campo brasileiro[...] Infelizmente boa parte dos debates em torno da matéria se vem travando sem conhecimento adequado da realidade brasileira, na pressuposição de que basta, para chegar a conclusões satisfatórias, recorrer a princípios doutrinários e jurídicos, e a conhecimentos gerais, sociológicos e de Economia Agrária. Não é assim, contudo, porque a estrutura agrária e as relações de produção no campo brasileiro se revestem, em muitas instâncias, de extrema complexibilidade. Esse é particularmente o caso do Nordeste brasileiro, onde foram constituindo através do tempo, sistemas econômicos muito particularizados que precisam ser levados em consideração na formulação das reformas exigidas na atual conjuntura econômica e social do País. Não é possível - e isso se compreenderá facilmente, mais ainda depois da leitura do presente livro - reforma de maneira fecunda e capaz de atender aos interesses e às aspirações da população rural brasileira as relações econômicas e de trabalho dessa população, sem levar em conta as situações específicas que aí se apresentam, uma vez que é isso precisamente que se trata de reformar[...] E

agora, podemos dizer pela primeira vez, nos é apresentada a análise de conjunto da economia agrária nordestina, numa hipótese de alto valor científico. Tivéssemos para o Brasil todo, estudos dessa natureza e desse gabarito, e a tarefa dos economistas juristas e legisladores aos quais compete formular as normas da reforma agrária brasileira, far-se-ia sobremaneira facilitada.

A ligação Manuel Correia e Caio Prado é muito importante nesse período, uma vez que, apesar do bom relacionamento de Caio Prado Júnior com os geógrafos nacionais nas décadas de 30, 40 e 50, suas contribuições teórico-metodológicas não foram utilizadas pelos mesmos, principalmente os geógrafos agrários. A visão liberal política burguesa da geografia agrária brasileira via como "radicalismo" as interpretações marxistas de Caio Prado Júnior. Nas décadas de 50 e 60, Caio Prado criticava a visão de feudalismo no campo brasileiro. No seu livro a "Questão Agrária no Brasil", que faz parte de uma coletânea de artigos da Revista Brasiliense de 1960 a 1964, levantava o seguinte:

conhecer a verdadeira natureza das relações de trabalho na agropecuária brasileira é fundamental, pois em muitos casos o aspecto formal de que se revestem, leva a confusões como a qualificação dessas relações com sendo de natureza feudal ou semi-feudal e *continua*: A situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre[...] Outra é a situação do Brasil, onde o que vem ocorrendo, particularmente depois da abolição do trabalho escravo em 1888, é a adaptação da grande exploração rural ao regime de trabalho livre, o que ainda não se completou integralmente, sobretudo em alguns setores mais atrasados do país, onde sobram acentuados traços servis - que vêm sendo assimilados, embora erroneamente[...] a pseudo restos feudais.

A preocupação de Caio Prado na obra em Questão Agrária no Brasil, estava centrada no método de análise das questões sociais em geral e da questão agrária em particular, devido as formulações gerais e imprecisas como restos feudais, relações pré-capitalistas de produção, camponês rico, médio e pobre. Procurou criticar o comportamento metodológico generalizante e pouco efeito às análises concretas da realidade agrária nacional, e Caio Prado diz: "Cumprir substituir por métodos verdadeiramente científicos, que consistem na pesquisa objetiva e rigorosa dos fatos concretos (não as generalidades e categorias abstratas) e expressão desses fatos em formulações precisas e isentas de dubiedade. E Caio Prado continua:

ao se considerar um problema econômico ou social, como esse que temos em vista, é preciso definir inicialmente, e era seguida ter sempre presente, o objetivo prático que se procura atingir. Qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja conscientemente, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso.

Esse momento histórico é extremamente importante para ser retomado pelos geógrafos agrários nacionais, uma vez que Caio Prado e Manoel Correia trabalham a necessidade do rigor aos fatos da realidade concreta, que é inerente a ciência na busca do conhecimento, e mostram que a análise do social, consciente ou inconscientemente é sempre afetada pelo analista. Nesse contexto, desmistificam a neutralidade do cientista (dogma do liberalismo político), levando-os a posicionarem-se como cidadãos, rompendo com os esquemas e parâmetros da geografia agrária européia e de estudiosos da agricultura brasileira que buscavam paradigmas europeus para interpretar a realidade agrária nacional.

Entretanto, após os primeiros anos da década de 60, os modos de produção capitalista ainda eram desconhecidos pela grande maioria dos geógrafos agrários nacionais. Mas, por outro lado, difundiam-se nos meios acadêmicos, as concepções de Caio Prado Júnior, contrário a tese de feudalismo no campo. E ainda, geógrafos nacionais reproduziam essa análise enfocando que não existia e nunca existiu a figura do camponês no Brasil, e que, camponês era um produto histórico da Europa. Conseqüentemente, o livro "Quatro Séculos de Latifúndio" de Alberto Passos Guimarães era difundido nos meios geográficos da década de 60 e defendia a questão das relações feudais no campo brasileiro.

Contudo, continuavam a permanecer os referenciais teóricos-metodológicos e técnicos da geografia agrária européia e a desvinculação com os demais estudiosos da agricultura brasileira e das questões nacionais. A ideologia liberal político burguesa mantinha no geógrafo agrário do país, a separação entre ciência e política. Isto é, separava o pesquisador do cidadão. O geógrafo agrário continuava a manter-se como "cientista neutro".

Essa questão da "neutralidade" é tão importante, que, com as influências das concepções neopositivistas, com um discurso mais objetivo e mais rigoroso no tratamento dos dados, encontrou na "neutralidade" do geógrafo agrário nacional, um

campo propício para se fazer ciência pela ciência, mais desvinculada da realidade agrária nacional do que a própria geografia tradicional, de base positivista-culturalista.

Entretanto, o mais interessante que podemos observar, é que, na década de 70, com a modernização acelerada da agricultura nacional e quando o país atinge a era do capitalismo monopolista com a urbanização e industrialização do campo; os geógrafos agrários do IBGE e UNESP Rio Claro influenciados pelo neopositivismo e adotando paradigmas da agricultura de países norte-americanos e europeus (através da ótica do avanço da agricultura moderna), encontraram para as análises da nova realidade agrária nacional, os trabalhos de Ruy Muller Paiva.

Ruy Muller Paiva está incluído entre os economistas no campo político-administrativo, cujo grupo faz parte da linha denominada "crítica conservadora" aos modelos amplamente aceitos das décadas de 50 e 60. Os estudiosos da agricultura nacional, com essa visão denominada "crítica conservadora", refutavam, no plano técnico e teórico, as teses que se baseavam na definição dos setores agrícola como um empecilho ao desenvolvimento. Quer dizer, que esses pesquisadores não viam a agricultura como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

E Barros de Castro em "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil" no Vol. 1 dos "7 Ensaio sobre a Economia Brasileira" diz:

quanto a Ruy Muller Paiva, seus trabalhos denotam uma evolução que decorre, basicamente, da ampliação do quadro de referências. De início, limitando sua análise aos problemas específicos da agricultura, procura realçar certos problemas com que se defrontava o desenvolvimento deste setor. Posteriormente, ao estudar as relações entre a agricultura e os demais setores da economia brasileira, incorpora novas preocupações buscando refutar a tese de que a agricultura havia se tornado o setor da economia. Tentando a seguir, um reexame dos 'elementos tradicionalmente apontados como responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura' introduz um novo elemento que 'não tem sido considerado por estudiosos no assunto' [...] 'a limitação do mercado consumidor dos produtos agrícolas'. A importância da introdução deste elemento na análise de evolução da agricultura, será mais adiante realçada. Ao adicionar este elemento, Ruy, fugindo à quase totalidade das análises, (ate então desenvolvidas) indagava-se sobre as limitações impostas pela indústria e demais setores não agrícolas ao desenvolvimento da agricultura.

Essa influência das concepções de Ruy Muller Paiva é encentrada primeiramente nos trabalhos "Proposição Metodológica para o Estudo de Desenvolvimento Rural no Brasil" e "Modernização da Agricultura Brasileira" de Olindina Mesquita, Rivaldo Gusmão e Solange Silva, publicados em 1976 e 1977 na Revista Brasileira de

Geografia. Além da influência de Paiva, outros economistas nacionais são citados pelos autores acima. Nota-se que os geógrafos agrários nacionais começam a romper com os academicismos formais da geografia pela geografia, e se voltam para os estudiosos da agricultura brasileira.

Os primeiros encontros nacionais de geografia agrária a partir de 1978, mostram essa abertura no encaminhamento das pesquisas, revelando a importância da questão agrária ao nível das ciências humanas.

O trabalho "Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa" de Ceron e Lúcia Gerardi, apresentando como um dos Textos Básicos para discussão no 1º Encontro Nacional de Geografia Agrária em Salgado (Sergipe), levantava a necessidade dos geógrafos agrários manterem um maior contato com as disciplinas de ciências sociais, e diz:

os estudiosos de desenvolvimento rural foram introduzidos entre nós por economistas e estão sendo realizados atualmente por certo número de geógrafos agrários, tanto num sentido abrangente e global quanto nas múltiplas facetas do desenvolvimento rural, como é o caso da modernização da agricultura. Pode-se destacar como principal mérito desta fase, a volta do geógrafo para a realidade, encarando-a do ponto de vista social e econômico o que também permite oportunidades de contactos frutíferos com outros cientistas, ao mesmo tempo em que percebe sua deficiência de formação com relação a estas ciências afins[...] Como sabemos, não existe ciência totalmente descomprometida.

Os sucessivos encontros nacionais de geografia agrária pós 1978, além de contarem com a participação expressiva dos geógrafos nacionais de vários centros do país, passaram também a contar com a valiosa colaboração de outros cientistas sociais estudiosos da agricultura brasileira como José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Alberto Passos Guimarães, Sérgio Silva, Oriowaldo Queda e outros.

A década de 80 será marcada pela descolonização da geografia agrária nacional com uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção capitalista no país.

Novas perspectivas de pesquisa passaram a ser desenvolvidas pelos geógrafos agrários, principalmente nos estudos das relações sociais de produção e na análise dos modos de produção capitalista na agricultura, no processo de organização do espaço nacional.

O geógrafo agrário deixa de realizar uma geografia pela geografia, rompe com o liberalismo político burguês e cada vez mais vem se conscientizando de que é um cientista social. É como cientista social, vem avançando nos estudos da realidade agrária nacional.

Notas

¹ Texto escrito para a mesa redonda: “Novas perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária” e publicado nos Anais do XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária em Barra dos Coqueiros (SE), 1987. Agradecemos ao Dr. Silvio Carlos Bray a autorização para publicar o referido texto.

² A solidariedade é um princípio do liberalismo político e uma contraposição no liberalismo econômico e ao evolucionismo competitivo concorrencial de base darwinista-ratzelina. O liberalismo político burguês, busca na solidariedade entre as classes sociais os ideais puros do Estado burguês, como um Estado perfeito e democrático, cujo resultado seria a justiça social dos capitalistas em relação aos assalariados.

³ A noção de gênero de vida surge do princípio de solidariedade entre os elementos que constituem o complexo geográfico - solidariedade - entre a sociedade e natureza e dos homens entre si. A noção de gênero de vida apresenta-se inicialmente na geografia para estudar as sociedades não capitalistas, como é o caso das comunidades indígenas americanas, africanas e da oceania e os esquimós. Quando a noção de gênero de vida passa a ser usada nos estudos e sociedades alicerçadas nos modos de produção capitalista, o complexo geográfico se altera. Nessa abordagem, os estudos dos gêneros de vida colocaram-se como um anteparo ao materialismo histórico. Isto porque, a dialética marxista desenvolve-se sobretudo nos estudos das contradições da sociedade capitalista. Além disso, as concepções liberais burguesas sempre descartaram nos seus discursos, o processo histórico movido pelos conflitos de interesses entre grupos e classes sociais.